

## A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO POR COMPETÊNCIAS NAS ACADEMIAS MILITARES

ALCINDO GRASSI<sup>1</sup>

FLÁVIO FERREIRA DA SILVA<sup>2</sup>

### RESUMO

*O presente trabalho se propõe a analisar alguns aspectos da educação por competência em desenvolvimento na Academia Militar do Exército. As discussões abordam dois fundamentos para a educação por competências, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e o Relatório Delors (2000), em seus subsídios à efetivação da Educação Moral Militar e à internalização de valores, tão necessários à edificação da moralidade, ao respeito aos Direitos Humanos e ao convívio e desempenho profissional do Oficial Militar, particularmente, quanto à observância do absoluto respeito à Dignidade da Pessoa Humana.*

*Palavras-chave: Educação Moral. Ensino por competência. Filosofia da Educação. Psicologia da Educação. Educação militar.*

### ABSTRACT

*The present work intends to analyze some aspects of education by competence in development in the Military Academy of the Army. The discussions address two grounds for competence education, the National Curriculum Parameters (1997) and the Delors Report (2000), in their subsidies to the implementation of Military Moral Education and the internalization of values, so necessary for the construction of morality, respect to Human Rights and the professional relationship and performance of the Military Officer, particularly about observance of absolute respect for the Dignity of the Human Person.*

*Keywords: Moral Education. Teaching by Competence. Philosophy of Education. Educational Psychology. Military education.*

### 1 INTRODUÇÃO

O texto que segue apresenta reflexões motivadas pelo atual Processo de Transformação do Exército (2010), do Estado Maior do Exército, de modo mais específico sobre o vetor relacionado à educação, pelas IR-05.008 do Ensino por Competência, do Departamento de Educação e Cultura do Exército (2014) e pelas experiências de quase duas décadas de docência na Academia Militar das Agulhas Negras.

As discussões abordam dois fundamentos para a educação por competências, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e o Relatório Delors (2000), em seus subsídios à efetivação da Educação Moral Militar e à internalização de valores, tão necessários à edificação da moralidade, ao respeito aos Direitos Humanos e ao convívio e desempenho profissional do Oficial Militar, particularmente, quanto à observância do absoluto respeito à Dignidade da Pessoa Humana.

O processo educacional é um vetor para o desenvolvimento da moralidade (KOHLEBERG, 1992, KANT, 1996; LA TAILE, 2006; SANDEL, 2011; LIND, 2013). Essa afirmativa é ainda mais significativa na formação das carreiras de Estado e, de forma particular, quando desenvolvida em Academias Militares. Isso porque, como nos apresentam Janowitz (1967), Huntington (1996), Castro (2004), Wortmeyer (2007), a educação militar ultrapassa o aprendizado dos conteúdos técnico-militares, incluindo, num primeiro momento, a interiorização dos valores sociais e da cultura em que os indivíduos estão inseridos, para num momento posterior, produzir no indivíduo a autonomia necessária para refletir sobre o código moral, uma vez que o

amadurecimento do indivíduo, sob o ponto de vista da moralidade, envolve elementos cognitivos e atitudinais.

A nova concepção de aprendizagem, ensino por competências nas Academias Militares, busca construir a autonomia intelectual do discente, para que ele possa tomar decisões pautadas pela objetivação da justiça e ética para seus subordinados e para a sociedade, fator que implica na utilização de raciocínio e de valores. A multiplicidade de alternativas frente à tomada de decisões está intrinsecamente ligada ao processo educacional e à ampliação do repertório do discente, que se dará pela construção de competências no campo do desenvolvimento moral.

Em 2016, a Academia Militar das Agulhas Negras concluiu a formação da primeira turma de oficiais submetidos ao modelo de educação por competências. Nessa tarefa houve uma profunda revisão curricular que, além de modificações de conteúdos e implantação de novas Disciplinas, substituiu o ensino por objetivos pelo ensino por competências. É, portanto, um processo pioneiro e modelar para as demais escolas formadoras de oficiais das Forças Armadas. Compreende-se que a centelha impulsionadora dessas mudanças está condensada nos documentos anteriormente citados, da forma como apresentada nas discussões seguintes.

### 2 DESENVOLVIMENTO

#### 2.1 A Educação nas Academias Militares

As academias militares são organizações de ensino corporativas das três forças singulares (Marinha, Exército e Aeronáutica) e das forças auxiliares de segurança pública (Polícia Militar). Essas organizações de ensino pretendem suprir

as necessidades formativas das instituições militares, realizando o início da formação de seus quadros dirigentes, isto é, a formação de seus oficiais.

A particularidade da missão educativa das academias militares é melhor compreendida com o exame de algumas características da profissão militar. Na análise das relações entre soldados e a sociedade, Huntington (1996) reforça a ideia de que a profissão militar existe para servir ao Estado. Fato que impele os profissionais das armas e as forças militares que comandam, a se constituírem em instrumento da política estatal, dentro dos parâmetros de hierarquia e disciplina. Além da capacitação técnica, com lastro nos conhecimentos específicos militares transmitidos pela educação, as academias militares pretendem desenvolver uma predisposição para o cumprimento das prescrições éticas e legais de defesa da soberania, da ordem pública e das instituições nacionais. Busca-se, então, que os oficiais militares decidam pela adequada aplicação dos recursos coercitivos disponíveis, sendo as ações de emprego da violência norteadas por princípios morais maiores, como a manutenção do bem-estar público e do Estado Democrático de Direito. Dessa maneira, na produção dessa cognição social estão associados aspectos da formação do pensamento moral de militares, conferindo à educação uma missão peculiar na construção da identidade social desse segmento profissional.

Principal disseminadora da cultura militar cabe às academias militares a função de promover a internalização dos valores e das atribuições sociais dos profissionais das armas, sendo a atitude disciplinada e o respeito à hierarquia Institucional e do Estado, critérios de eficiência dessas escolas. Esse pensamento instrumental da cultura encontra reforço na

posição de Formiga (2012), quando afirma que a internalização das regras e normas sociais, significa o reconhecimento de características que evidenciam a organização de um grupo ou sociedade com os recursos utilizados para manter a uniformidade entre seus membros. Esse estado de coisas contribuiria, segundo Formiga (2012), para a redução de um estado anômico e desviante dos indivíduos, favorecido pelo vazio da falta de referências sociais estáveis - fato indesejável para qualquer grupo de profissionais, em especial para os militares.

As discussões sobre educação de moral em ambientes organizacionais são encontradas nas pesquisas de Kohlberg (1992), quando este observa que as decisões éticas no ambiente de trabalho atuam como fatores geradores de um pensamento moral estruturado em princípios. Para Kohlberg, a experiência de trabalho com certo grau de complexidade moral requer da pessoa a capacidade de tomar a perspectiva de outros indivíduos dentro de um sistema particular e do sistema como um todo, sendo essa experiência promotora de desenvolvimento do pensamento por princípios. Prossegue, afirmando que quando as regras de um sistema ou de uma instituição entram em conflito com o bem-estar ou com os direitos de um indivíduo dentro desse sistema, a pessoa que está em uma situação de responsabilidade para resolver esse conflito deve, necessariamente, formular ideais ou princípios que reconheçam as demandas de ambos (indivíduo e instituição) para resolver o conflito e atuar de forma justa e responsável. Lind, Hartmann, Wakenhut (2010) atualizam essas discussões de Kohlberg, relacionando-as com condutas morais freqüentes entre profissionais militares, reforçando a ideia de que um estilo de vida profissional pode interferir nas formas de pensar a moral.

## A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO POR COMPETÊNCIAS NAS ACADEMIAS MILITARES

De maneira geral, as pesquisas de inspiração kohlberguiana sobre *comunidade justa e cooperação social* (que ocorre no âmbito dos programas educacionais das escolas) e os estudos sobre os efeitos dos dilemas morais do mundo do trabalho (como vetor de aprimoramento do pensamento moral) fundamentam o argumento de relevância da educação e do processo educativo em uma academia militar. O desenvolvimento da moralidade e o comportamento de cooperação social passam a ser competências a serem desenvolvidas.

Clássica e tradicional é a diferenciação entre educação e ensino. A Educação tem sentido mais amplo e se centra na formação integral, edificante, do ser humano, especificamente na construção da personalidade, enquanto o Ensino reflete o processo de aprendizagem fundamental para a formação do ser humano, mas não definidor. As Academias Militares, via de regra, trabalham com ênfase no educar, sendo organizado com esse objetivo. Assim, com o sistema de internato, que acaba isolando, parcialmente, o educando de seu meio de origem, visam à Educação Integral, a partir de valores fixados pela Legislação e pela tradição institucional.

A Educação pode ser vista e definida como a arte ou ciência de ensinar ou de instruir, pode ser considerada um conjunto de atividades que visam e possibilitam desenvolvimento integral, edificante do ser humano. A Educação pode ser definida, principalmente, como um processo por meio do qual as pessoas são preparadas para o convívio social, para a convivência com outras pessoas. Por meio da Educação o ser humano desenvolve suas capacidades intelectuais e, principalmente, desenvolve sua moralidade. A Educação é um processo de reconstrução e reorganização das

experiências a fim de se perceber sentido e com isso se habilitar a por si mesmo dirigir a conduta frente a experiências futuras (SERRANO, 2015).

Por sua vez, a Instrução Militar é uma forma de manifestar-se o Ensino Militar, na qual se focaliza os aspectos de conhecimentos e saberes da realidade objetiva e subjetiva, que constitui o treinamento e a formação qualificada. Assim, o Militar que se pretende construir é visto como ser social por excelência, um animal social por natureza, um ser político por exigência, por definição, deve ser um cidadão culto, respeitoso, com as principais virtudes. Esse ser humano deve ser “desenvolvido simultaneamente nos planos, físico e intelectual, que tem consciência clara de suas possibilidades e limitações. Um homem munido de uma cultura que lhe permita conhecer, compreender e refletir sobre o mundo” (MARTINS, 1990, p. 22).

Isso significa que a educação pode e deve ser direcionada, particularmente a militar, considerando os valores almejados e deve refletir na consciência de cada militar. Por outro lado, se deve também trabalhar, nessas influências que exerce a sociedade como um todo e, particularmente, o Estado na formação humana do Militar Combatente, na qual: “o homem independente, mas não isolado, que conhecendo suas capacidades físicas, intelectuais e emocionais, e senhor de uma visão crítica da realidade, seja capaz de atuar de forma eficaz e eficiente nessa realidade” (MARTINS, 1990, p. 22).

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, até por se tratar de legislação genérica, não traz soluções concretas para a crise do ensino brasileiro, mas de certa forma conduz para um caminho que se bem analisado e interpretado poderá levar à solução

de muitos problemas, particularmente a falta de ética e cidadania no Brasil.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais*-PCNs foram elaborados a partir e visando complementar a nova LDBEN. É uma inovadora e abrangente proposta para superar a atual crise da educação no Brasil. É inovadora porque pretende instituir o que talvez conviesse chamar de educação-cidadã, expressão de uma política educacional fortemente marcada pelo empenho em criar novos laços entre ensino e sociedade. É abrangente porque apresenta ideias do que se quer ensinar, como se quer ensinar e para que se quer ensinar e, sobretudo, indica uma educação com a qual se aprende mais e melhor.

No Brasil, os *PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais* são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal com o objetivo principal de orientar os educadores por meio da normatização de alguns fatores fundamentais concernentes a cada disciplina. Esses parâmetros abrangem tanto a rede pública, como a rede privada de ensino, conforme o nível de escolaridade dos alunos. Sua meta é garantir aos educandos o direito de usufruir dos conhecimentos necessários para o exercício da cidadania. Embora não sejam obrigatórios, os PCNs servem como norteadores para professores, coordenadores e diretores, que podem adaptá-los às peculiaridades locais. Os PCNs nada mais são do que uma referência para a transformação de objetivos, conteúdos e didática do ensino. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 2017, *grifo nosso*).

Parâmetro significa referência. Os PCNs são exatamente isso: referências para subsidiar a revisão ou a elaboração dos currículos e podem servir como orientações às Academias Militares, favorecendo a integração entre os setores educativos da sociedade brasileira. Os PCNs levam em conta as modernas teorias do desenvolvimento da aprendizagem e a solicitação da sociedade e da vida profissional em que o

discente deverá se inserir, constituído em mais uma razão para sua adoção nos circuitos educativos militares. O Legislador foi feliz ao elaborar parâmetros abertos e flexíveis, que permitem o diálogo com projetos já existentes, com experiências bem-sucedidas e que possam adaptar-se às características regionais e à realidade de cada Academia Militar.

Desta forma, tendo como referência os princípios definidos na LDBEN, o Ministério da Educação, num trabalho conjunto com educadores de todo o país, chegou ao novo perfil para o ensino, apoiado em competências básicas para a inserção do educando no mundo, pois, em regra, tem-se um ensino descontextualizado, compartimentalizado e baseado no acúmulo de informações. Ao contrário disso, os PCNs buscam dar significado ao conhecimento, mediante a contextualização, evitando compartimentalização, promovendo a interdisciplinaridade, incentivando o raciocínio e a vontade de aprender.

Dois fatores de natureza diversa, mas que mantêm entre si relações observáveis, passam a determinar a urgência em se repensar as diretrizes gerais e os parâmetros curriculares que orientam esse nível de ensino. Primeiramente, o fator econômico se apresenta e se define pela ruptura tecnológica, característica da chamada terceira revolução técnico-industrial, na qual os avanços da microeletrônica têm um papel preponderante, e, a partir da década de 80, se acentuam no país.

O volume de informações, produzido em decorrência das novas tecnologias, é constantemente superado, colocando novos parâmetros para a formação dos cidadãos. Não se trata de acumular conhecimentos. A formação do aluno deve ter como alvo principal a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar as

## A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO POR COMPETÊNCIAS NAS ACADEMIAS MILITARES

diferentes *tecnologias* relativas às áreas de atuação. Propõe-se, [...], a formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 2017, p.5)

A denominada revolução informática, que fez surgir novas tecnologias de informação e comunicações, promove mudanças radicais na área do conhecimento, que passa a ocupar um lugar central nos processos de desenvolvimento em geral. Isso talvez nos faça acreditar que, nas próximas décadas, a educação vá se transformar mais rapidamente em função de uma nova compreensão teórica sobre o papel das Academias Militares, estimulada pela incorporação das novas tecnologias de comunicação e informação.

As propostas da reforma curricular se pautam nas constatações sobre as mudanças no conhecimento e seus desdobramentos, no que se refere à produção e às relações sociais de modo geral. Assim, enfrenta-se um grande desafio, na medida em que, o volume de informações, produzido em decorrência das novas tecnologias é constantemente superado, colocando novos parâmetros para a formação dos cidadãos. Não se trata de acumular conhecimentos. A formação do discente deve ter como alvo principal a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação.

São desejáveis níveis mais elevados e complexos de educação para o desenvolvimento pessoal, referido a sua interação com a sociedade e sua ampla inserção nela, ou seja, segundo a LDBEN, Art. 22, *in verbis*: “tem por finalidades desenvolver o educando, assegura-lhe

a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

A Educação da AMAN tem como característica a terminalidade, o que significa assegurar a todos os formandos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos; aprimorar o educando como pessoa humana; possibilitar o prosseguimento de estudos; garantir a educação para a cidadania; dotar o educando dos instrumentos que o permitam continuar aprendendo, tendo em vista o desenvolvimento da compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos (LDBEN, Art.35, incisos I a IV). É a etapa final de uma educação de caráter geral, afinada com a contemporaneidade, com a construção de competências básicas, que situem o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo como um profissional qualificado, e com o desenvolvimento da pessoa, como sujeito humano e como cidadão construindo sua liberdade. “[...] o homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação, ele é aquilo que a educação faz dele” (KANT, 1996, p. 18).

Busca-se o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e moral, bem como do pensamento crítico; a preparação e orientação básica para a sua integração ao mundo profissional, com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo; o desenvolvimento das competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos. Em parceria com a LDBEN e visando complementá-la têm-se os PCNs que foram elaborados levando-



se em conta os fatores culturais, sociais e econômicos do Brasil.

Os fundamentos teóricos dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* são o construtivismo e o sociointeracionismo, ou seja, elaborado com base em teorias psicológicas da educação de Piaget e Vygostsky, respectivamente. E, embora não explicitamente declarada, na visão filosófica kantiana de que a educação faz o Homem.

Nessas perspectivas, pensa-se o processo educativo como moderador e mediador do desenvolvimento humano, observado em sua dimensão biopsicossocial. Isto é, busca-se uma metodologia educativa que interrelaciona elementos do desenvolvimento, como os processos de amadurecimento do organismo (por exemplo, o processo educativo), a pessoa (com sua individualidade de características biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais), o contexto (relacionada com a ecologia de sistemas interrelacionados) e o tempo (ligado tanto ao aspecto do ciclo vital, quanto ao tempo histórico social).

Embora haja uma autonomia entre os sistemas de ensino militar e civil, há o franco interesse em fazer conexões e inste Isso significa que os Parâmetros devem orientar o trabalho desenvolvido nas Academias Militares Brasileiras tendo em vista o processo de construção do conhecimento por parte do discente e o papel paralelo do professor como mediador entre o discente e o conhecimento e entre o discente e seus pares, visando o desenvolvimento da autonomia do educando.

## 2.2 Competências, Conhecimentos e Valores

Com base no pressuposto kantiano de que a Educação faz o Homem (KANT, 1995), o currículo, enquanto instrumentação da cidadania democrática, deve contemplar conteúdos e

estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: **a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva**, visando a integração do ser humano no tríptico universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva.

Nessa perspectiva, considerando a característica dinâmica e flexível adotada nos PCNs, incorporaram-se como diretrizes gerais e orientadoras da proposta curricular as quatro premissas apontadas pela UNESCO como eixos estruturais da educação na contemporaneidade. O Relatório Jacques Delors (2000), depois de múltiplas análises acerca das características da sociedade contemporânea, chegou à conclusão de que pelo menos quatro eixos fundamentais devem nortear a educação no século XXI, lembrando que "À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele." (DELORS, 2010, p. 89).

A comissão da UNESCO que produziu o reconhecido Relatório Delors visualizou uma:

[...] sociedade educativa baseada na aquisição, atualização e utilização dos conhecimentos, ou seja, as três funções relevantes no processo educativo. Com o desenvolvimento da sociedade da informação e a multiplicação das possibilidades de acesso a dados e fatos, a educação deve permitir que todos possam coletar, selecionar, ordenar, gerenciar e utilizar esse volume de informações e servir-se dele. A educação deve, portanto, adaptar-se constantemente a essas mudanças da sociedade, sem negligenciar as vivências, os saberes básicos e os resultados da experiência humana. (DELORS, 2010, p.13, *grifo nosso*)

Para conseguir acompanhar o desenvolvimento acelerado de nossa sociedade

## A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO POR COMPETÊNCIAS NAS ACADEMIAS MILITARES

são necessárias, que para além da aquisição de conteúdos os discentes desenvolvam quatro competências básicas:

Em primeiro lugar, Aprender a Conhecer. Mas, considerando as rápidas alterações suscitadas pelo progresso científico e as novas formas de atividade econômica e social, é inevitável conciliar uma cultura geral, suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar, em profundidade, um reduzido número de assuntos. Essa cultura geral constitui, de algum modo, o passaporte para uma educação permanente, à medida que fornece o gosto, assim como as bases, para aprender ao longo da vida (DELORS, 2010, p.13).

Trata-se do domínio dos próprios instrumentos do conhecimento. É levar o discente a desenvolver o espírito investigativo e a visão crítica, ser capaz de aprender a aprender ao longo da vida.

Por outro lado, aprender a fazer, capacidade de relacionar teoria e prática, sabendo se relacionar em grupo e resolver problemas, é o desenvolvimento das próprias habilidades:

A seguir, Aprender a Fazer. Além da aprendizagem continuada de uma profissão, convém adquirir, de forma mais ampla, uma competência que torne o indivíduo apto para enfrentar numerosas situações, algumas das quais são imprevisíveis, além de facilitar o trabalho em equipe que, atualmente, é uma dimensão negligenciada pelos métodos de ensino. Essa competência e essas qualificações tornam-se, em numerosos casos, mais acessíveis, se os discentes e os estudantes têm a possibilidade de se submeter a testes e de se enriquecer, tomando parte em atividades profissionais ou sociais, simultaneamente aos estudos. Essa é a justificativa para atribuir um valor cada vez maior às diferentes formas possíveis de alternância entre Academias Militares e trabalho (DELORS, 2010, p.13).

O Militar é um homem de atuação, antes de tudo, um fazedor, um manipulador de artefatos bélicos, um utilizador de sistemas de armamentos etc, para manter-se continuamente em condições de emprego militar necessita iniciar-se nas Academias Militares no desenvolvimento de habilidades e ser estimulado ao enfrentamento das novas situações que se colocam no cotidiano militar, possibilitar o surgimento de novas aptidões, criar condições necessárias para a aplicação da teoria na prática, estreitando a relação na vivência da ciência na tecnologia e sua relação umbilical com o desenvolvimento da sociedade contemporânea.

Aprender a Conviver e Aprender a Ser são competências do campo da moralidade a serem buscadas com vigor, com intensidade e de forma constante na educação moral nas academias militares.

Por último e acima de tudo, Aprender a Ser, aliás, o tema predominante do *Relatório de Edgar Faure*<sup>2</sup>, publicado em 1972, sob os auspícios da UNESCO. Suas recomendações permanecem atuais já que, no século XXI, todos nós seremos obrigados a incrementar nossa capacidade de autonomia e de discernimento, acompanhada pela consolidação da responsabilidade pessoal na realização de um destino coletivo. E também, em decorrência de outro imperativo sublinhado por esse relatório: não deixar inexplorado nenhum dos talentos que, à semelhança de tesouros, estão soterrados no interior de cada ser humano. Sem sermos exaustivos, podemos citar a memória, o raciocínio, a imaginação, as capacidades físicas, o sentido estético, a facilidade de comunicar-se com os outros, o carisma natural de cada um. Eis o que confirma a necessidade de maior compreensão de si mesmo (DELORS, 2010, p.13).

Aprender a Ser trata do desenvolvimento da personalidade, da consciência moral, da moralidade, expressando opiniões e assumindo responsabilidades pessoais. Esses três pilares,



três competências básicas estão a serviço da educação criativa e devem servir de inspiração, de suporte, como elementos básicos para Aprender a Conviver, o objetivo maior do ser humano, assim entendido:

[...] conferir relevância a um dos quatro pilares que apresentou e ilustrou como as bases da educação: trata-se de *Aprender a conviver*, desenvolvendo o conhecimento a respeito dos outros, de sua história, tradições e espiritualidade. E a partir daí, criar um novo espírito que, graças precisamente a essa percepção de nossa crescente interdependência, graças a uma análise compartilhada dos riscos e desafios do futuro, conduza à realização de projetos comuns ou, então, a uma gestão inteligente e apaziguadora dos inevitáveis conflitos. Eis algo que, para alguns, pode parecer uma utopia que não deixa de ser necessária –inclusive, vital – para sair do ciclo perigoso alimentado pelo cinismo ou pela resignação (DELORS, 2010, p.13).

Nessa perspectiva, incorporam-se como diretrizes gerais e orientadoras da proposta curricular as quatro premissas apontadas pela UNESCO como eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea: Assim, deve-se ter um planejamento e desenvolvimento do currículo de forma orgânica, superando a organização por disciplinas estanques e revigorando a integração e articulação dos conhecimentos, num processo permanente de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Deve-se ter novas alternativas de organização curricular comprometidas, de um lado, com o novo significado da atividade militar no contexto do mundo globalizado, na era do conhecimento, na era das Tecnologias da Informação e Comunicações e, de outro, com o sujeito ativo que apropriar-se-á desses conhecimentos, aprimorando-se, como tal, no mundo profissional e na prática social.

Ressalve-se que uma base curricular

organizada por áreas de conhecimento, visando o desenvolvimento de competências, não implica a desconsideração ou o esvaziamento dos conteúdos, mas a seleção e integração dos que são válidos para o desenvolvimento pessoal e para o incremento da participação social. Essa concepção curricular *não elimina o ensino de conteúdos específicos*, mas considera que os mesmos devem fazer parte de um *processo global com várias dimensões articuladas*, com Disciplinas específicas, com conteúdos obrigatórios, com vistas ao desenvolvimento de competências e habilidades.

O agrupamento de conteúdos diversos em áreas e a definição de competências e habilidades gerais implicam em uma inversão na perspectiva da organização curricular tradicional. Essa observação é validada por avaliações de experiências militares contemporâneas, como a que segue no relato a seguir:

Após nove anos de experiência militar de combate no Afeganistão (2001-2010), o Alto Comando do Exército Estadunidense concluiu que, para garantir a vitória nos novos combates, os oficiais deveriam se aprimorar no conhecimento das questões culturais relacionadas às populações em conflito, além de desenvolver uma maior habilidade como relações públicas e agentes políticos. Ao desenvolverem essas habilidades, os oficiais estariam em melhores condições para atuar nos múltiplos cenários de guerra e exercer a ação de comando sobre suas tropas. (GONÇALEZ; MEDEIROS FILHO, 2012)

Avessa à fragmentação do saber representada pelo esartejamento do cotidiano das Academias Militares em disciplinas que não se comunicam, a nova concepção curricular baseia-se no diálogo entre os conhecimentos específicos, salientando-se convergências e semelhanças, mas também diversidades e singularidades, no caso específico da Filosofia,

## A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO POR COMPETÊNCIAS NAS ACADEMIAS MILITARES

particularmente, com a Psicologia, Sociologia, Direito, História e Relações internacionais.

Tal a lógica de reunir conhecimentos em áreas: indicar com mais precisão o papel de cada componente individual na construção de um currículo integral e também que interações entre esses componentes são necessárias para que tal currículo se construa. Além disso, essa nova lógica pressupõe superar a superlotação do currículo tradicional, demasiadamente inchado de conteúdos muitas vezes inexpressivos do ponto de vista da vida concreta dos educandos fora das Academias Militares. Daí a ênfase na aquisição das competências e habilidades básicas para o cidadão viver plenamente nas dimensões pessoal, civil e profissional, contemplando o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o desempenho das atividades militares. Deve-se destacar a cidadania e o trabalho, duas dimensões fundamentais da vida humana em sociedades complexas em que se vive e justapor essas duas dimensões sociais à dimensão pessoal, para isto as Academias Militares devem ter um compromisso com o mundo em que se situam e para bem cumprirem seus papéis.

O currículo precisa dar conta da complexidade da vida pessoal, da vida civil e da vida profissional, tal como se apresentam hoje. E é essa complexidade que exige desse currículo garantir aos educandos de hoje instrumentos para que eles possam se inserir no presente que vivem e se preparar para o futuro que querem viver. (MEC, 2001b. p.2)

O desenvolvimento pessoal, a preparação para a cidadania e para o desempenho profissional pressupõem a construção da efetiva autonomia intelectual do educando, para que ele possa transitar com desenvoltura pelos diversos

contextos da vida em sociedade. Uma educação para a autonomia, e, portanto, uma educação para o trabalho, para a cidadania e para a felicidade, implica vivenciar essa autonomia no dia-a-dia das Academias Militares.

Para que isto ocorra é necessário adotar metodologias do ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes. A autonomia intelectual é um produto e, como tal, resultado de um processo que tem como fim a própria autonomia do educando. As reflexões à luz dessas sintéticas posições epistemológicas permitem revelar seu vasto potencial como instrumento de ressignificação da aprendizagem nas Academias Militares.

Na Legislação Brasileira sobre o ensino, os Parâmetros Curriculares foram organizados de forma a tornar mais clara a articulação entre conteúdos e competências, na construção dos currículos, o que pode servir como referência na construção dos Currículos das Academias Militares.

Embora o tema da aquisição de competências e habilidades básicas na formação de nossos adolescentes e jovens seja frequente nas mesas de discussão, nem sempre a compreensão é clara. A aquisição dessas competências e habilidades não implica uma aprendizagem mecânica, de fundo tecnicista, como a incompreensão e, às vezes, até a má vontade faz pensar.

Competências e habilidades são modalidades estruturais da inteligência; são os esquemas mentais de que nos fala Piaget, constituindo antes um conjunto de potencialidades e possibilidades do que de resultados ou desempenhos. Embora o tema da aquisição de competências e habilidades básicas na formação de nossos adolescentes e jovens seja frequente nas mesas de discussão, nem

sempre a compreensão é clara.

Entendido o sentido de cada área de conhecimento e dos eixos de competências e habilidades, a escola pode fazer escolhas que aproximem o currículo de seus discentes concretos e que adaptem o currículo aos mesmos, ao invés de tentar adaptar os discentes ao currículo. As escolas devem traduzir a diversidade dos ambientes sociais e culturais em que estão inseridas, mas devem também propiciar aos discentes transitar desses ambientes próximos a ambientes mais amplos e distantes, referidos ao conjunto das relações sociais e culturais com que nossa sociedade se defronta (MEC, 2001b. p.2).

Embora as Academias Militares, em regra, tenham autonomia para reorganizar os seus currículos, desde que observadas determinações gerais e as específicas de cada sistema educacional, é fundamental traduzir a compreensão dessa concepção curricular em um dispositivo curricular integral e equilibrado, no qual as três áreas estejam harmoniosamente representadas. Cabe às Academias Militares incorporar a realidade social e cultural vivida pelos discentes, ressignificando-a conforme os conhecimentos sistematizados que ela detém, mas também levar ao discente acesso a outros conhecimentos estranhos à sua realidade cotidiana. Nesse encontro, nessa tensão entre a cultura das Academias Militares e as culturas foras das Academias Militares, é que se dá a preparação básica para a cidadania e o desempenho profissional, isto é, o processo de autonomização dos indivíduos, para que eles possam atuar e interagir no presente e fazer projeções para o futuro.

Se for recheada, preenchida essa matriz não só com os conhecimentos de cada uma das áreas e com as competências e habilidades de cada um dos eixos, mas também com contextos

que sejam significativos para os discentes e tendo em vista os valores e as finalidades da educação, ter-se-á então uma definição curricular fixa, pertinente e relevante para os discentes. Considerando sempre que a LDBEN dá autonomia para a organização do ensino militar: “Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996, Art.83).

A ausência de um amplo conjunto de valores, competências e conhecimentos associados implicam necessariamente a exclusão de tais indivíduos da ação consciente e crítica em uma série de contextos de sua vida. Implicará, portanto, sua exclusão da própria cidadania, uma vez que se entenda a cidadania como algo mais amplo e menos formal, enraizado em todos os contextos da vida pessoal e social.

Desta forma, tem-se como meta da Educação promover o desenvolvimento pessoal do discente, tornando-o capaz de tomar decisões ao longo de sua vida e de intervir socialmente. O que o tornará sujeito crítico, capaz de solucionar problemas e tomar decisões, é uma aprendizagem por competências. Através dela, o discente terá que enfrentar desafios apresentados pelo professor, pelo grupo e/ou pela sociedade. O jovem aprende a enfrentar desafios através da mobilização de competências frente a problemas significativos para ele. Logo, terão significado para o discente os problemas referentes ao seu contexto.

[...] devem traduzir a diversidade dos ambientes sociais e culturais em que estão inseridas, mas devem também propiciar aos discentes transitar desses ambientes próximos a ambientes mais amplos e distantes, referidos ao conjunto das relações sociais e culturais com que nossa sociedade se defronta (MEC, 2001b. p.7).

## A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO POR COMPETÊNCIAS NAS ACADEMIAS MILITARES

Isso permite às Academias Militares incorporar a realidade social e cultural vivida pelos discentes, ressignificando-a conforme os conhecimentos sistematizados que ela detém, mas também dar aos discentes acessos a outros conhecimentos estranhos à sua realidade cotidiana. Daí a importância da contextualização, pois ela mobiliza as relações no repertório que cada uma possui, ampliando o conhecimento. E a contextualização está centrada nesse princípio. Por isso, trazer situações significativas que tenham relações com a vida para o discente é contextualizar. Contextualizar é diferente, portanto, de apenas dar exemplos.

Mas a contextualização, além de ser efetivada pedagogicamente, ou seja, a partir do que tem significado para o discente, também se realiza numa rede de conhecimentos: conceitos e conhecimentos de determinada disciplina contextualizados no tempo, no espaço e no próprio universo maior do conhecimento. É a interdisciplinaridade sendo aplicada. Pode-se afirmar, então, que a interdisciplinaridade como prática pedagógica é uma forma de contextualizar o conhecimento.

Por princípio, a interdisciplinaridade articula as disciplinas na busca de superar a fragmentação, que dificulta a compreensão da complexidade dos mundos físico e social. Um currículo construído de forma interdisciplinar aponta a necessidade de reconstrução do homem como ser integral, através da interação, da superação, da complementação e da ampliação de conceitos, em permanente questionamento.

Uma das metodologias mais pertinentes ao desenvolvimento do currículo por competências, elaborado interdisciplinarmente através de contextos significativos para o discente, que contemplem cada vez mais aspectos da cultura juvenil é a de projetos e de

pesquisas, que tenham por finalidade a resolução de problemas da vida cotidiana e, também, questões que inovem na compreensão da realidade. Além de propiciar que tais concepções e práticas sejam aplicadas, sua construção se dá no coletivo, proporcionando a reflexão e o incentivo à prática de valores como o respeito às diferenças e a solidariedade.

Portanto, a nova concepção de aprendizagem busca construir a autonomia intelectual do discente, para que ele possa tomar decisões, que é mais do que resolver problemas, pois implica na utilização de raciocínio e de valores, como que decidir pelo que é mais justo para ele e para a sociedade. A multiplicidade de alternativas frente à tomada de decisões está intrinsecamente ligada à ampliação do repertório do discente, que se dará pela construção de competências.

O homem é a única criatura que precisa ser educada [...] O homem é tão naturalmente inclinado à liberdade que, depois que costuma a ela por longo tempo, a ela tudo sacrifica. Ora, esse é o motivo preciso, pelo qual é conveniente recorrer cedo à disciplina; pois, de outro modo, seria muito difícil mudar depois o homem. Ele seguiria, então, todos os seus caprichos (KANT, 1996, p. 11).

A educação é a condição que contribui no processo do homem para alcançar autonomia. A concepção da moralidade como autonomia frente ao mundo e a si mesmo, pois para que a vontade seja autônoma, não deve provir de uma fonte externa e estranha ao próprio sujeito, mas da própria razão. Uma vez que, "O esclarecimento é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado" (KANT, 1995, p. 11) e a [...] "menoridade é a incapacidade de servir do entendimento sem orientação de outrem; [...] significa saber ouvir a voz do próprio entendimento e de servir do teu próprio

entendimento” (KANT, 1995, p. 12).

A educação que engloba o Ensino, cabe também a formação profissional, por isso as Academias Militares precisam adaptar-se constantemente às transformações do mundo, dos avanços das tecnologias, que exigem criatividade, trabalho em equipe e flexibilidade funcional. As Academias Militares precisam elaborar o currículo nessa direção e transformar o ensino no eixo da educação.

[...] direito de todos porque exigida pelo exercício da cidadania no estágio do desenvolvimento sociocultural potenciado pelos avanços científicos e tecnológicos. Comporta ele a sistematização dos conhecimentos em disciplinas curriculares que atendem aos requisitos da educação numa pluralidade de perspectivas que possibilitam o acesso e uso das conquistas das ciências em suas especificidades e na complexidade de sua unidade intercomplementar (MARQUES, 1995, p.20).

Encontra-se ultrapassado o velho esquema segundo o qual se aprende um ofício ou profissão para exercê-la durante o restante da vida. Para uma proporção sempre maior da população, o trabalho não é mais a execução repetitiva de uma tarefa atribuída, muito menos aos militares, mas é atividade complexa em que a resolução inventiva de problemas, a coordenação no centro de equipes e a gestão de relações humanas têm lugar importante. As aprendizagens sempre se encontram em produção e reconstrução na interlocução de saberes que mudam constantemente. Por isso fazem parte da vida humana em sociedade e do exercício da democracia. A evolução do sistema de educação, de formação não pode ser dissociada da evolução dos conhecimentos sistematizados que a acompanha e conduz.

O homem é a única criatura que precisa ser educada [...] O homem é tão naturalmente inclinado à liberdade que, depois que costuma a ela por longo tempo, a ela tudo sacrifica. Ora, esse é o motivo preciso, pelo qual é conveniente recorrer cedo à disciplina; pois, de outro modo, seria muito difícil mudar depois o homem. Ele seguiria, então, todos os seus caprichos (KANT, 1996, p. 11).

A educação moral é o processo formal ou informal de desenvolvimento e avaliação da consciência moral, que se relaciona com as atitudes e valores e inclui as capacidades morais. Na instituição militar, a educação moral é desenvolvida nos discentes por meio da socialização militar, que desenvolve valores tais como a honra, honestidade, disciplina, hierarquia, lealdade, senso de justiça, respeito, dentre outros.

Nas formulações de Piaget e Kohlberg, a educação moral promove a passagem de uma condição de heteronomia (locus de controle externo) para outra de maior autonomia (locus de controle interno). E dessa maneira progride o desenvolvimento da moralidade, do pensamento e da atribuição de valores das coisas, dos fatos e das pessoas do mundo. Essa sofisticação do pensamento levou Piaget e, posteriormente, Kohlberg a elaborar um corpo teórico que permitiu a criação instrumentos de avaliação e de desenvolvimento da moralidade. Piaget usou dos jogos infantis e suas regras, enquanto Kohlberg trabalhou com a ideia de dilemas morais.

Em ambas as contribuições o desenvolvimento humano sugerem que o crescimento do indivíduo pode ser circunstanciado e refinado pela aplicação de políticas públicas consolidadas num projeto pedagógico. Essa concepção nos parece especialmente útil por permitir a criação e o aprimoramento de ações educativas que



## A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO POR COMPETÊNCIAS NAS ACADEMIAS MILITARES

favoreçam os surgimentos de competências cognitivas, emocionais e comportamentais em níveis mais complexos, sobre os temas de legalidade e justiça. Permite ainda, a avaliação dos programas educativos e sua proposta de desenvolvimento, a partir da compreensão dos vários níveis ecológicos integrados às pessoas envolvidas.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atuação do militar o senso moral deve ser apurado para que práticas, de desrespeito à população, de assédio moral ao subordinado, de esforço físico extremado, não ocorram, bem como, estarem cientes das consequências causadas por tais atos, primeiramente e de forma repugnante ao infligido e em decorrência as nada agradáveis repercussões tanto no âmbito da Instituição Armada, quanto na sociedade como um todo, por ferirem algo sensível, não aceitável e que prejudicam enormemente a imagem da própria instituição.

A Disciplina, alicerce fundamental de qualquer instituição militar, que para seu perfeito funcionamento, sempre foi e deverá continuar sendo, calcada na Hierarquia, pois alguém deve comandar e outros obedecerem, deve estar presente em todos os momentos da vida militar, de fazer parte “natural” do cotidiano militar, pois toda instituição e, particularmente a militar, deve disciplinar seus indivíduos desde sua entrada na Instituição, uma vez que as instituições baseadas na Disciplina deve acolher, organizar, distribuir, ensinar, vigiar e adestrar seus componentes para que desenvolvam saberes, habilidades e atitudes compatíveis com seus valores e obrigações.

Cabe registrar que tem-se hoje a vigência plena da sociedade disciplinar, que tomou forma desde o século XVIII, mas que está cedendo

lugar para a sociedade de controle, conceito que permite melhor pensar-se o encaixamento legal do Militar na Instituição, pois deste não se quer o domínio de seu corpo, mas o alinhamento de sua mente com a Instituição, que deve sempre estar se atualizando, alinhando com os novos tempos, devendo seus métodos ser de curto prazo e de mudanças rápidas, adequando-se ao acelerado processo de globalização, que produz no campo militar um ambiente volátil, incerto, confuso e ambíguo.

A perfeita compreensão e manifestação de boa Educação Moral poderá dar a tranquilidade desejável quanto à formação destes líderes, no sentido de estarem conscientes da importância de um agir ético-profissional, tanto no contexto da administração militar quanto de emprego militar propriamente dito, particularmente nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem, as quais envolvem a parte da população de sua própria nação.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei Federal n. 9.394/96** - aprovada em 20/12/1996, estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em 10 abr 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997a. 126p. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em 10 abr 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997b. 146p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. Acesso em 10 Abr 2016.



\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 2000a. 109p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em 10 abr 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Competências, conhecimentos e valores na concepção curricular do novo ensino médio**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC/SEF, 2000b. 8p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/competencias.pdf>. Acesso em 21 Abr 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. **Portaria nº 125-DECEX, de 23 de setembro de 2014**. Aprova as Instruções Reguladoras do Ensino por Competência: currículo e avaliação (IREC-EB60-IR-05.008). Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Portaria nº 152, de 16 de novembro de 2010**. Aprova a Diretriz para a Implantação da Nova Sistemática de Formação do Oficial de Carreira do Exército Brasileiro da Linha de Ensino Militar Bélico. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **O processo de transformação do Exército**, Brasília, DF, 3 ed., 10 maio 2010. (Manual). Disponível em [http://www.eb.mil.br/c/document\\_library/get\\_file?uid=18d47a84-99ac-45d3-b7d5-f37c9b5e53dc&groupId=1094704](http://www.eb.mil.br/c/document_library/get_file?uid=18d47a84-99ac-45d3-b7d5-f37c9b5e53dc&groupId=1094704)> Acesso em: 14 agosto 2017.

DELORS, Jaques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Brasília: 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>. Acesso em 15 Abr 2016.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FORMIGA, Nilton S. **Socialização ética, sentimento anômico e condutas desviantes: verificação de um modelo teórico em jovens**. Revista Salud e Sociedad, v. 3, nº 1, p.032 – 048, Universidade Del Norte, Chile, Enero - Abril, 2012. Disponível em [https://www.google.com.br/?gfe\\_rd=cr&ei=RSxXV7noEcjT8ge7q4GYAQ&gws\\_rd=ssl#q=FORMIGA%2C+Nilton+S.+Socializa%C3%A7%C3%A3o+%C3%A9tica%2C+sentimento+an%C3%B4mico+e+condutas+desviantes:+verifica%C3%A7%C3%A](https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=RSxXV7noEcjT8ge7q4GYAQ&gws_rd=ssl#q=FORMIGA%2C+Nilton+S.+Socializa%C3%A7%C3%A3o+%C3%A9tica%2C+sentimento+an%C3%B4mico+e+condutas+desviantes:+verifica%C3%A7%C3%A)

3o+de+um+modelo+te%C3%B3rico+em+jovens.+ . Acesso em 10 Abr 2016.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GONÇALEZ, Marcelo; MEDEIROS FILHO, Oscar. Entre a Instrução do Tenente e a formação do futuro General: análise do processo ensino aprendizagem em algumas Academias Militares. IN: *ANUÁRIO da Academia Militar das Agulhas Negras*, ano 2, n.2, 2012, p. 57-67.

GUSMÃO, Paulo dourado de. **Introdução ao Estudo do Direito**. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1996.

JANOWITZ, M. **O soldado profissional: um estudo social e político**. Rio de Janeiro: GRD, 1967.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Trad Valério Rohden e UdoBaldurMoosburguer. São Paulo: Abril Cultural; 1980.

\_\_\_\_\_. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: EDIÇÕES 70. 2007.

\_\_\_\_\_. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. Tradução Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: MartinsFontes; 2003.

\_\_\_\_\_. **Resposta à pergunta: Que é o Esclarecimento**. In: Kant I. A Paz Perpétua e Outros Opúsculos. Trad Artur Mourão. Lisboa: Edições 70; 1995.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Pedagogia**. Trad. Francisco CockFontanella. Piracicaba: Unimep; 1996.

KOHLBERG, Lawrence. **Minha busca pessoal pela Moralidade Universal**, Forum Educação Moral, Tóquio, 1985. IN: Biaggio, Ângela. Lawrence KOHLBERG: ética e educação moral. São Paulo: Moderna, 2006.

\_\_\_\_\_. **Psicologia del desarrollo moral**. Trad.AsunZubiaurZárate. Título original: Essays on moral development. New York: Harper and Row, 1981. Bilbao: Desclée de Brouwer, 1992.

KOHLBERG, Lawrence; BOYD, Dwight R.; LEVINE, Charles. **O retorno do Estágio 6: seu princípio e ponto de vista moral busca pessoal pela Moralidade Universal**,1986. IN: Biaggio, Ângela. Lawrence KOHLBERG: ética e educação moral. São Paulo: Moderna, 2006.

LA TAILLE, Yves de. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LIND, Georg. O Significado e Medida da Competência Moral Revisitada: Um Modelo do Duplo Aspecto da Competência Moral. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2000, 13(3), p. 399-416.

\_\_\_\_\_. **Thirty years of the moral judgment test: support for the dual-aspect theory of moral development**. IN: Hutz, Claudio Simon; Souza, Luciana Karine (Org). Estudos e pesquisas em psicologia do desenvolvimento e da personalidade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

LIND, Georg; HARTMANN, Hans; WAKENHUT, Roland. **Moral judgments and social education**. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 2010.

LOPARIC, Zeljko. **Kant e o pretense direito de mentir. Kant e-prints**. Campinas, Série 2, v. 1, n.2, jul.-dez. 2006, p. 57-72.

MARQUES, Mario Osório. **Sete proposições sobre a aprendizagem nas séries iniciais do primeiro grau**. Ijuí: Editora Unijuí, Coleção Cadernos Unijuí, 1995.

MARTINS, José do Prado. **Didática Geral: fundamentos, planejamento, metodologia e avaliação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

**PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**. Disponível em <https://www.cpt.com.br/pcn/pcn-parametros-curriculares-nacionais-documento-completo-atualizado-e-interativo>. Acesso em 10 Mar 17.

PIAGET, Jean. **O juízo moral da criança**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1994

\_\_\_\_\_. **Seis estudos de psicologia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975

\_\_\_\_\_. **O nascimento da inteligência na criança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PIMENTA NETO, Marcílio Diniz. **Existe um suposto direito de mentir?** Disponível em: <http://lumatomao.jusbrasil.com.br/artigos/147453590/existe-um-suposto-direito-de-mentir>. Acesso em 10 nov. 2015.

SANDEL Michael. **Justiça – O que é fazer a coisa certa**. 10 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na**

**Constituição de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

\_\_\_\_\_. **Dimensões da Dignidade: Ensaio de Filosofia do Direito Constitucional**. Livraria do Advogado, Porto Alegre, 2005.

SERRANO Pablo Jiménez. *Tratado de Ética Pública*. Campinas, São Paulo: Átomo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O direito à educação: fundamentos, dimensões e perspectivas da educação moderna**. Rio de Janeiro: Jurismestre, 2015. [livro eletrônico disponível em: [www.loja.jurismestre.com.br](http://www.loja.jurismestre.com.br) ou [www.jurismestre.com.br](http://www.jurismestre.com.br)]

VILLEY, Michel. **O direito e os direitos humanos**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WORTMEYER, Daniela. **Desafios da internalização de valores no processo de socialização organizacional: um estudo da formação de oficiais do Exército**. 345p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – UERJ, RJ, 2007.

<sup>1</sup>Major do QCO no Exército Brasileiro, Mestre em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Especialista em Filosofia Política pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ/RS).

<sup>2</sup>Major do QCO no Exército Brasileiro, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro (UFRRJ). Psicólogo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).